

A BASE INTEGRADA FLUVIAL CANDIRU COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARÁ

Alex Rafael de Araújo Nobre¹
Diego Geandre Ferreira de Sena²
Emerson Roberto Silva dos Santos³
Weverton Freitas Silva⁴

RESUMO: A complexidade territorial do Estado do Pará, marcada por extensa malha hidrográfica, áreas de difícil acesso e dinâmicas ilícitas transfronteiriças, impõe desafios estruturais à gestão governamental da segurança pública. Nesse contexto, o presente artigo analisa a Base Integrada Fluvial Candiru como instrumento de planejamento territorial e integração institucional no enfrentamento ao tráfico de drogas, crimes ambientais e ilícitos fluviais. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com base em análise documental, legislação pertinente e referenciais teóricos sobre gestão pública e segurança integrada. Os resultados indicam que a Base Candiru representa modelo inovador de ocupação estratégica do território, associado à presença institucional contínua nas hidrovias, integração entre forças e racionalização de recursos. Conclui-se que a iniciativa fortalece o planejamento governamental orientado por dados territoriais e contribui para a consolidação de políticas públicas de segurança adaptadas às especificidades amazônicas.

Palavras-chave: Segurança Pública. Planejamento Territorial. Gestão Governamental. Integração Interinstitucional. Segurança Fluvial.

1

ABSTRACT: The territorial complexity of the State of Pará, characterized by an extensive hydrographic network, hard-to-reach areas and transnational illicit dynamics, imposes structural challenges on governmental public security management. This article analyzes the Candiru Integrated River Base as a strategic instrument of territorial planning and interinstitutional integration in combating drug trafficking, environmental crimes and river-related offenses. The research adopts a qualitative and applied approach, based on documentary analysis, relevant legislation and theoretical references on public management and integrated security. The results indicate that the Candiru Base represents an innovative model of strategic territorial occupation, promoting permanent state presence, integration among agencies and rational use of resources. It is concluded that the initiative strengthens government planning guided by territorial data and contributes to the consolidation of public security policies adapted to Amazonian specificities.

Keywords: Public Security. Territorial Planning. Government Management. Interinstitutional Integration. Fluvial Security.

¹Pós-graduação em Projeto Execução e Desempenho de Estruturas e Fundações, IPOG - Instituto de Pós-graduação e Graduação.

²Pós-graduação Lato Sensu em Segurança Pública, FACUMINAS - Faculdade de Minas.

³Pós-graduação Lato Sensu em Segurança Pública, FACUMINAS - Faculdade de Minas.

⁴Pós-graduação em Gestão em Segurança Pública, FAVENI - Faculdade de Venda Nova do Imigrante

I INTRODUÇÃO

Becker (2009) destaca que a Amazônia constitui espaço estratégico de disputas territoriais e circulação logística, exigindo políticas públicas adaptadas às especificidades regionais.

A gestão governamental da segurança pública no Pará está diretamente condicionada às características geográficas amazônicas. A vasta extensão territorial, associada a aproximadamente 1,2 milhão de km² de área estadual e à predominância de transporte fluvial em diversas regiões, configura ambiente logístico singular (IBGE, 2022).

A literatura contemporânea sobre políticas públicas enfatiza que estratégias de segurança devem considerar as especificidades territoriais do espaço onde são implementadas. De acordo com Secchi (2013), a formulação de políticas públicas eficazes depende da adequada compreensão das características institucionais e geográficas do contexto em que se inserem.

No caso amazônico, a variável fluvial não constitui elemento periférico, mas estruturante da dinâmica socioeconômica e criminal da região. A predominância de rotas hidroviárias faz com que os rios desempenhem papel central na circulação de pessoas e mercadorias, influenciando diretamente as estratégias de controle territorial.

Historicamente, rotas hidroviárias foram utilizadas tanto para circulação de bens lícitos quanto para tráfico de drogas, contrabando e crimes ambientais. Estudos indicam que intervenções estatais em determinados modais logísticos podem provocar deslocamento das rotas utilizadas por organizações criminosas, fenômeno observado em diferentes regiões do mundo (PEREIRA; PUCCI; SOARES, 2024).

Nesse contexto, a instalação da Base Integrada Fluvial Candiru representa inovação institucional ao promover presença estatal contínua em área estratégica do rio Amazonas, fortalecendo a capacidade de fiscalização das hidrovias.

Parte-se da hipótese de que a implantação de bases fluviais permanentes amplia a capacidade estatal de controle territorial nas hidrovias amazônicas.

O problema de pesquisa consiste em analisar de que forma a Base Candiru pode ser compreendida como instrumento de planejamento territorial dentro da política de segurança pública paraense.

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a Base Integrada Fluvial Candiru como instrumento de planejamento territorial da segurança pública no Estado

do Pará, considerando sua localização estratégica na malha hidrográfica amazônica e seus resultados operacionais desde a implantação. Para alcançar esse objetivo, o estudo adota abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter descritivo-analítico, baseada na análise documental de relatórios institucionais e indicadores operacionais da base, permitindo examinar a atuação estatal no controle das rotas fluviais e sua contribuição para a gestão territorial da segurança pública.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter descritivo-analítico, desenvolvida por meio de análise documental e estudo de caso institucional. A opção por esse desenho metodológico decorre do objetivo central do trabalho, que consiste em analisar a Base Integrada Fluvial Candiru como instrumento de planejamento territorial da segurança pública no Estado do Pará, considerando suas especificidades operacionais, territoriais e institucionais.

Do ponto de vista de sua natureza, a pesquisa é aplicada porque busca produzir conhecimento voltado à compreensão de uma política pública concreta, com potencial utilidade prática para a gestão governamental da segurança pública em áreas fluviais da Amazônia. Conforme a literatura de políticas públicas, estudos aplicados são particularmente adequados quando se pretende examinar problemas reais da administração pública, identificar padrões operacionais e extrair lições institucionais para aperfeiçoamento de estratégias estatais (SOUZA, 2006; SECCHI, 2013).

Quanto à abordagem, trata-se de pesquisa qualitativa e quantitativa, de caráter descritivo-analítico. É qualitativa porque interpreta a Base Candiru como política pública territorializada, examinando seu papel na atuação permanente do Estado, na integração interinstitucional e no controle das hidrovias amazônicas. Possui dimensão quantitativa descritivo-analítica porque utiliza dados operacionais oficiais para descrever o desempenho da base ao longo do período analisado, sem pretensão de estabelecer causalidade estatística estrita. Assim, os dados empíricos são empregados para caracterizar a evolução da atuação institucional, permitindo observar tendências, volumes operacionais e padrões de fiscalização.

Os dados foram tratados mediante estatística descritiva simples (frequência absoluta, comparação temporal e análise de tendência).

No que se refere aos procedimentos técnicos, o estudo foi desenvolvido a partir de análise documental de fontes institucionais e bibliográficas. Foram examinados documentos normativos e referências teóricas relacionadas à segurança pública, planejamento territorial, gestão governamental e governança interinstitucional, bem como relatórios operacionais produzidos no âmbito da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará. A análise documental é adequada quando o pesquisador trabalha com registros administrativos, relatórios institucionais e fontes oficiais capazes de demonstrar a materialização concreta de determinada política pública.

Para Santos (2006), o território deve ser compreendido como espaço de relações de poder, circulação e ação institucional.

2.1 Fontes de dados

As fontes utilizadas na pesquisa compreendem referências bibliográficas relacionadas às políticas públicas, gestão governamental, segurança pública e territorialidade, documentos institucionais e normativos vinculados à administração pública e à segurança pública, estudos complementares sobre deslocamento criminal nas hidrovias amazônicas e relatórios operacionais produzidos pela Base Integrada Fluvial Candiru. A utilização conjunta dessas fontes permitiu integrar fundamentos teóricos, dados institucionais e evidências empíricas necessárias à compreensão da base como instrumento de planejamento territorial da segurança pública.

Foram analisados indicadores operacionais relacionados às apreensões de drogas, armas e pescado, ao número de embarcações e pessoas abordadas, às prisões em flagrante, ao cumprimento de mandados judiciais, bem como à recuperação de veículos e apreensão de embarcações, permitindo avaliar a atuação territorial da base sob múltiplas dimensões da segurança pública.

A inclusão desses indicadores amplia a capacidade interpretativa do estudo por três razões.

Primeiro, permite observar a intensidade da presença estatal na malha fluvial, especialmente por meio do número de embarcações e pessoas abordadas. Segundo, evidencia a capacidade repressiva e investigativa da base, por meio das prisões, mandados cumpridos e apreensão de armas. Terceiro, demonstra o caráter multifuncional do controle territorial

exercido pela base, já que os relatórios também registram ocorrências relacionadas a crimes ambientais, circulação patrimonial ilícita e fiscalização de produtos irregulares.

Com base nesses dados, foram organizadas tabelas comparativas entre os anos de 2024, 2025 e 2026, bem como cálculos simples de estatística descritiva, com o intuito de identificar tendências operacionais, crescimento das ações de fiscalização e variações na produtividade da base ao longo do tempo.

A delimitação temporal contempla o período de implantação da base em 2024, seu primeiro ano completo de funcionamento em 2025 e a continuidade operacional observada nos dados parciais de 2026, permitindo analisar a evolução progressiva da capacidade institucional e operacional da unidade.

Essa delimitação favorece a compreensão da evolução da capacidade operacional da base e de sua inserção no contexto da política estadual de segurança fluvial.

2.2 Estudo de caso: a Base Integrada Fluvial Candiru

A escolha da Base Integrada Fluvial Candiru como objeto do estudo decorre de sua relevância territorial, institucional e operacional. Instalada no município de Óbidos, no Baixo Amazonas, a base ocupa posição estratégica em trecho do rio Amazonas reconhecido pela importância logística na circulação regional.

Sob a perspectiva do planejamento territorial, a localização da base é particularmente relevante porque Óbidos situa-se em área de estreitamento natural do rio, fator que historicamente favorece a fiscalização fluvial e a interceptação de cargas e embarcações. Isso transforma a base em ponto de controle privilegiado dentro da política pública de segurança fluvial do Estado do Pará.

Sob a perspectiva institucional, a Base Candiru integra a estratégia estadual de fortalecimento da presença governamental nos rios paraenses, articulando ações de segurança pública, monitoramento territorial e integração entre forças e órgãos de fiscalização. Não se trata apenas de estrutura física de policiamento, mas de dispositivo estatal de presença continuada em território fluvial sensível.

Sob a perspectiva empírica, a Base Candiru apresenta volume de dados suficiente para análise científica descritiva, permitindo identificar crescimento operacional, apreensões

significativas de entorpecentes, volume elevado de abordagens e resultados em múltiplas áreas da segurança pública.

Dessa forma, a análise da Base Integrada Fluvial Candiru permite examinar empiricamente como a presença estatal permanente em pontos estratégicos da malha hidrográfica pode funcionar como instrumento de planejamento territorial da segurança pública. A sistematização dos indicadores operacionais possibilita avaliar a capacidade da base de exercer controle sobre fluxos logísticos fluviais, contribuindo para a administração estratégica do território e para o enfrentamento de atividades ilícitas na malha fluvial amazônica.

Após a coleta, os dados foram organizados em quadros e tabelas comparativas, sendo submetidos à leitura qualitativa dos documentos institucionais, à sistematização dos indicadores operacionais, à comparação temporal entre os períodos analisados e à interpretação dos resultados à luz dos referenciais de planejamento territorial e governança pública.

Não se buscou produzir inferência estatística causal, mas sim demonstrar, com base em evidências institucionais, de que forma a Base Candiru pode ser compreendida como instrumento de política pública territorial voltado à segurança fluvial na Amazônia paraense.

A seleção da Base Integrada Fluvial Candiru como unidade de análise fundamenta-se em critérios de relevância territorial, disponibilidade de dados operacionais e representatividade institucional. Além de ocupar posição estratégica em um dos principais corredores hidroviários da Amazônia, a base reúne informações sistematizadas desde sua implantação, permitindo acompanhar sua evolução operacional e examinar empiricamente os efeitos da presença estatal permanente em área considerada sensível para a segurança pública regional.

2.3 Limitações metodológicas

Como toda pesquisa baseada em dados secundários institucionais, o estudo apresenta limitações. A primeira diz respeito à dependência dos registros produzidos pela própria administração pública, cuja padronização pode variar ao longo do tempo. A segunda refere-se ao fato de os dados de 2026 serem parciais, o que exige cautela em comparações diretas com 2025. A terceira consiste em que os resultados operacionais da base, por si só, não permitem afirmar causalmente redução global da criminalidade regional, mas permitem demonstrar a intensidade da atuação estatal e sua capacidade de interdição e fiscalização.

Ainda assim, os dados analisados são suficientes para fins de descrição analítica e interpretação institucional da experiência da Base Candiru como estratégia de planejamento territorial.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Segurança pública e territorialidade na Amazônia

Castells (1999) destaca que redes de circulação e fluxos territoriais exercem papel central na dinâmica contemporânea das relações econômicas e ilícitas.

A formulação de políticas públicas de segurança na Amazônia exige a consideração das especificidades geográficas e logísticas da região. O Estado do Pará, com aproximadamente 1,2 milhão de quilômetros quadrados de extensão territorial, possui uma das maiores redes hidrográficas do planeta, sendo os rios elementos estruturantes da circulação econômica, social e institucional (IBGE, 2022).

Em diversas regiões do estado, o transporte fluvial constitui o principal meio de deslocamento de pessoas e mercadorias. Essa característica faz com que os rios desempenhem papel semelhante ao das rodovias em outras regiões do país, estruturando a mobilidade regional e conectando municípios e comunidades ribeirinhas.

Entretanto, a mesma infraestrutura natural que possibilita integração territorial também pode ser utilizada para atividades ilícitas. A circulação de embarcações em longas distâncias e a dificuldade de fiscalização contínua em áreas extensas tornam as hidrovias vulneráveis à utilização por organizações criminosas envolvidas com tráfico de drogas, contrabando e crimes ambientais.

De acordo com Beato (2012), regiões caracterizadas por grande extensão territorial e baixa densidade institucional tendem a apresentar maior vulnerabilidade à atuação de redes criminosas, que exploram lacunas no controle estatal. Nesse contexto, a permanência operacional em pontos estratégicos do território torna-se elemento fundamental para o fortalecimento da governança pública.

Além disso, estudos indicam que políticas de repressão a determinados modais logísticos podem provocar deslocamento das rotas utilizadas pelo crime organizado. A intensificação da interdição aérea na Amazônia, por exemplo, contribuiu para o redirecionamento de parte das

rotas do tráfico de drogas para corredores fluviais da Amazônia (PEREIRA; PUCCI; SOARES, 2024).

Diante desse cenário, o fortalecimento da presença estatal nas hidrovias passa a constituir estratégia relevante para o controle territorial e para o enfrentamento da criminalidade em áreas fluviais.

No caso do Estado do Pará, os rios constituem os principais corredores logísticos para transporte de pessoas, mercadorias e serviços, especialmente em áreas onde a infraestrutura rodoviária é limitada ou inexistente.

3.2 Bases fluviais como estratégia de planejamento territorial

A implantação de estruturas permanentes de fiscalização em hidrovias representa uma estratégia de política pública voltada à ampliação da presença estatal em regiões consideradas sensíveis do ponto de vista da segurança pública.

No Estado do Pará, a política de implantação de Bases Integradas Fluviais foi concebida com o objetivo de fortalecer o controle das rotas fluviais utilizadas para circulação de pessoas e mercadorias, bem como para coibir atividades ilícitas.

Essas bases funcionam como pontos de controle territorial contínuo, permitindo a realização de abordagens sistemáticas de embarcações, fiscalização de passageiros e interceptação de cargas suspeitas.

Além disso, a presença estatal permanente contribui para fortalecer a confiança da população local nas instituições públicas, fator considerado essencial para o sucesso de políticas de segurança pública.

Sob essa perspectiva, a implantação de bases fluviais permanentes pode ser compreendida como mecanismo de territorialização da ação estatal, no qual planejamento territorial, governança pública e segurança institucional passam a atuar de forma integrada. A ocupação estratégica de pontos sensíveis da malha hidrográfica não apenas amplia a capacidade de fiscalização e repressão a ilícitos, mas também fortalece a presença governamental em regiões historicamente marcadas por limitações de acesso e reduzida densidade institucional. Assim, a Base Integrada Fluvial Candiru representa uma expressão concreta da utilização do território como elemento estruturador da política pública de segurança.

Figura 1 – Localização da Base Integrada Fluvial Candiru no município de Óbidos/PA, às margens do Rio Amazonas.



Fonte: Google Earth (2023), adaptado pelo autor.

Além da atuação operacional, as bases fluviais também favorecem a integração entre diferentes órgãos do sistema de segurança pública e de fiscalização, ampliando a capacidade de resposta institucional frente a atividades ilícitas.

Segundo Secchi (2013), políticas públicas bem-sucedidas tendem a articular diferentes atores institucionais e a utilizar informações territoriais para orientar a tomada de decisão. Nesse sentido, a implantação de bases fluviais pode ser compreendida como instrumento de planejamento territorial aplicado à segurança pública.

No caso paraense, a instalação dessas estruturas em pontos estratégicos da malha hidrográfica representa tentativa de ampliar o controle estatal sobre fluxos logísticos fluviais, contribuindo para o fortalecimento da integração territorial da segurança pública.

Embora o estudo enfoque a Base Candiru, a política estadual inclui outras bases fluviais, como Antônio Lemos (Breves) e Baixo Tocantins (Abaetetuba), demonstrando estratégia sistêmica de ocupação territorial.

Observa-se que, embora existam divulgações públicas consolidadas acerca dos resultados das bases fluviais, a transparência por unidade operacional ainda ocorre de forma desigual, havendo maior visibilidade para Breves e Candiru, enquanto a Base Baixo Tocantins, inaugurada em 2026, ainda apresenta dados públicos incipientes.

A Base Integrada Fluvial Candiru foi implantada em setembro de 2024 no município de Óbidos, localizado na região do Baixo Amazonas. A escolha desse local possui forte relevância geoestratégica, uma vez que Óbidos situa-se em trecho do rio Amazonas caracterizado por estreitamento natural do curso fluvial, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Localização geoestratégica da Base Integrada Fluvial Candiru no município de Óbidos/PA, às margens do Rio Amazonas.



Fonte: Google Earth Pro (2024), adaptado pelo autor.

Figura 3 – Estrutura física da Base Integrada Fluvial Candiru, instalada no município de Óbidos/PA, utilizada para ações integradas de fiscalização e segurança nas hidrovias amazônicas.



Fonte: Governo do Estado do Pará / SEGUP-PA (2024).

Historicamente, esse ponto do rio foi utilizado como área de controle da circulação fluvial, devido à facilidade de monitoramento do tráfego de embarcações. Essa característica geográfica favorece a fiscalização e a interceptação de cargas suspeitas, tornando o município local estratégico para o controle de rotas fluviais.

A base integra a política estadual de segurança pública voltada ao fortalecimento da presença institucional nas rotas fluviais amazônicas, atuando de forma articulada com diferentes órgãos de segurança e fiscalização. Sua estrutura física, apresentada na Figura 3, foi concebida para permitir a permanência operacional contínua das equipes de fiscalização e segurança nas hidrovias amazônicas.

Entre as atividades desenvolvidas pela base destacam-se a abordagem de embarcações, a fiscalização de passageiros, a apreensão de entorpecentes e armas de fogo, o cumprimento de mandados judiciais, a recuperação de veículos com restrição de roubo ou furto e a fiscalização

de crimes ambientais, evidenciando o caráter multidimensional da atuação estatal nas hidrovias amazônicas.

Além das atividades repressivas, a presença permanente da base também contribui para o fortalecimento da relação entre as instituições de segurança pública e as comunidades ribeirinhas da região, ampliando a capacidade de obtenção de informações relevantes para o enfrentamento da criminalidade.

3.3 Resultados operacionais da Base Candiru

A análise dos relatórios operacionais da Base Candiru permite observar a evolução das atividades desenvolvidas desde sua implantação.

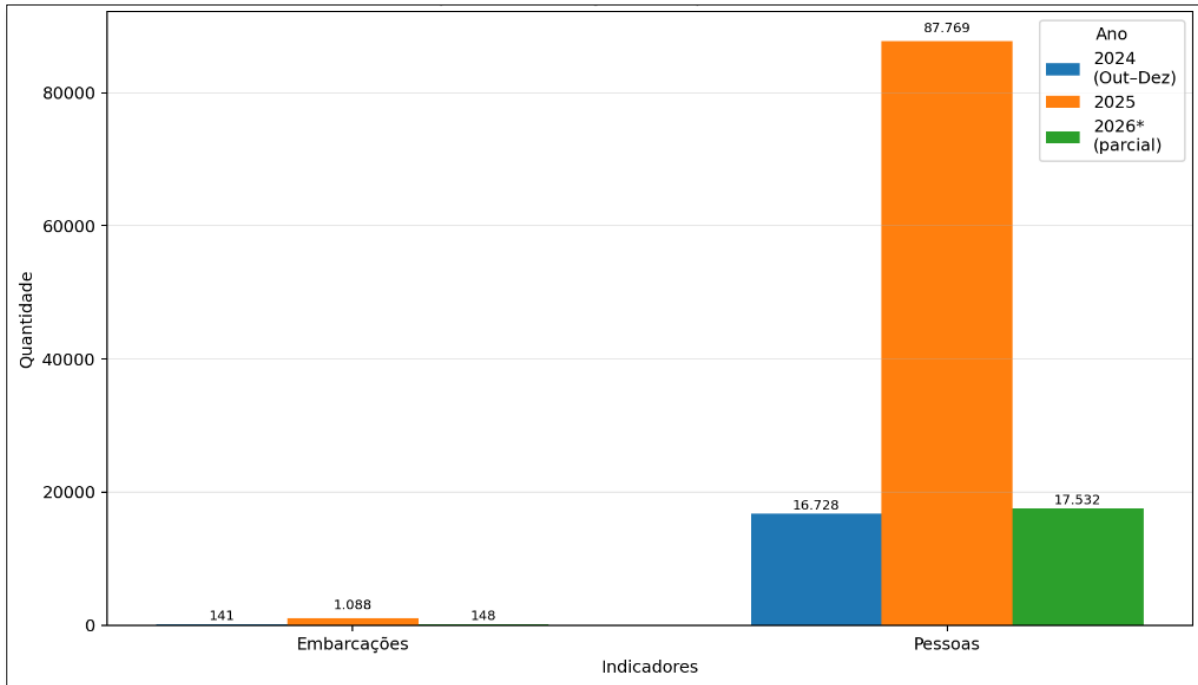
Os dados disponíveis indicam crescimento significativo das ações de fiscalização fluvial, especialmente no primeiro ano completo de funcionamento da base

Tabela 1 – Indicadores operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru (2024/2026)

Indicadores Operacionais	2024 (Out-Dez)	2025	2026*
Drogas apreendidas (kg)	48,79	1.753,96	108,1
Embarcações abordadas	141	1.088	148
Pessoas abordadas	16.728	87.769	17.532
Prisões em flagrante	4	39	0
Mandados de prisão cumpridos	3	43	4
Armas de fogo apreendidas	1	11	0
Celulares apreendidos	165	158	0
Veículos recuperados	0	11	0
Embarcações apreendidas	0	2	0
Pescado apreendido (kg)	0	13.770	5.967

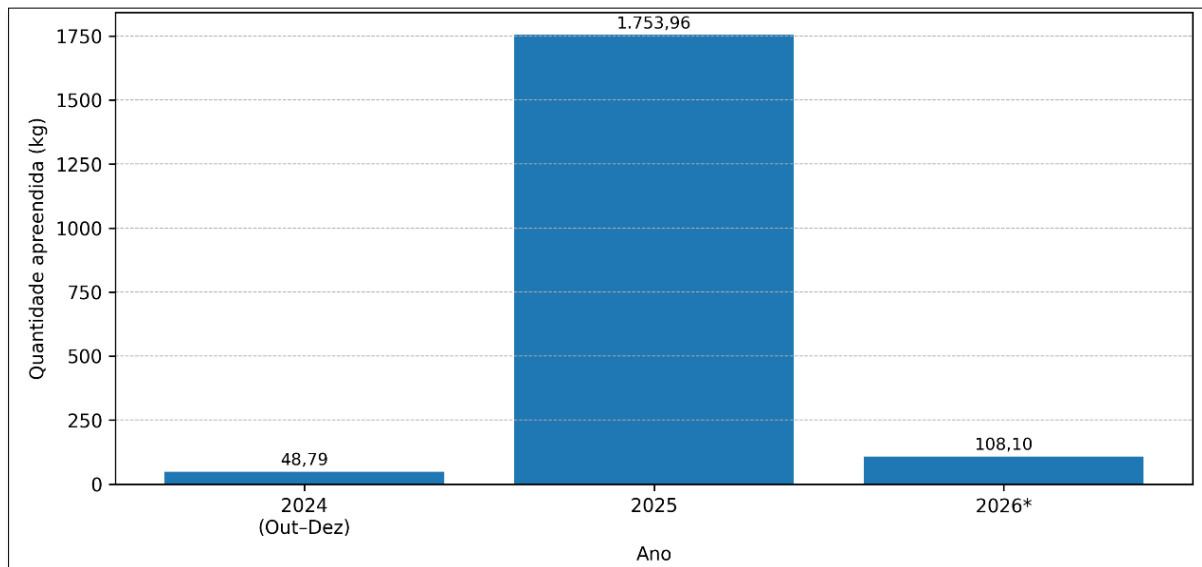
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios Operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru (SEGUP-PA, 2024-2026). *Dados parciais.

Gráfico 1 – Indicadores operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru, na dimensão de abordagens, em análise comparativa entre os anos de 2024, 2025 e 2026.



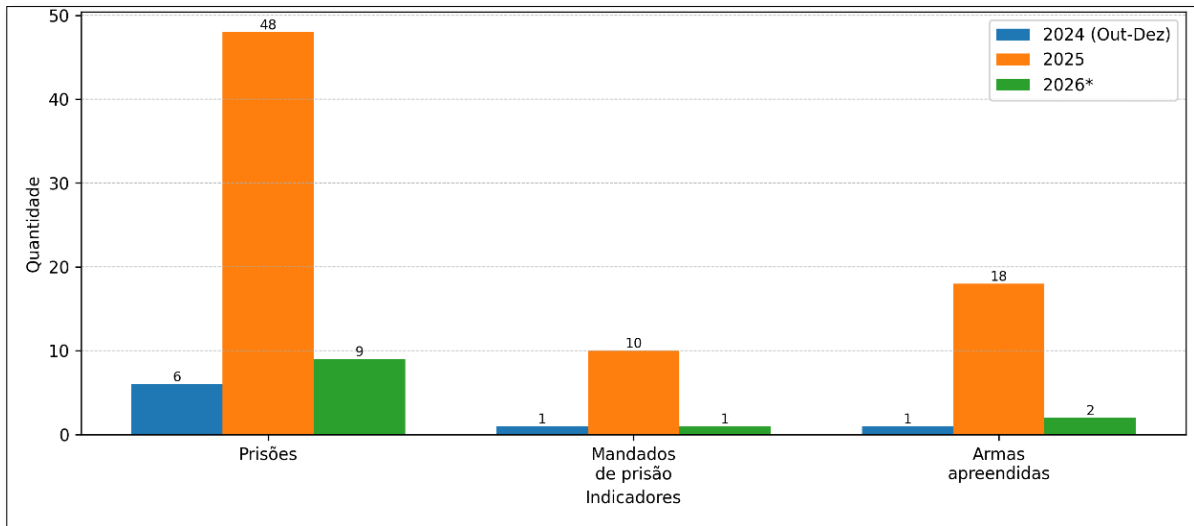
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios Operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru (SEGUP-PA, 2024-2026). *Dados parciais.

Gráfico 2 – Quantidade de drogas apreendidas pela Base Integrada Fluvial Candiru, em análise comparativa entre os anos de 2024, 2025 e 2026.



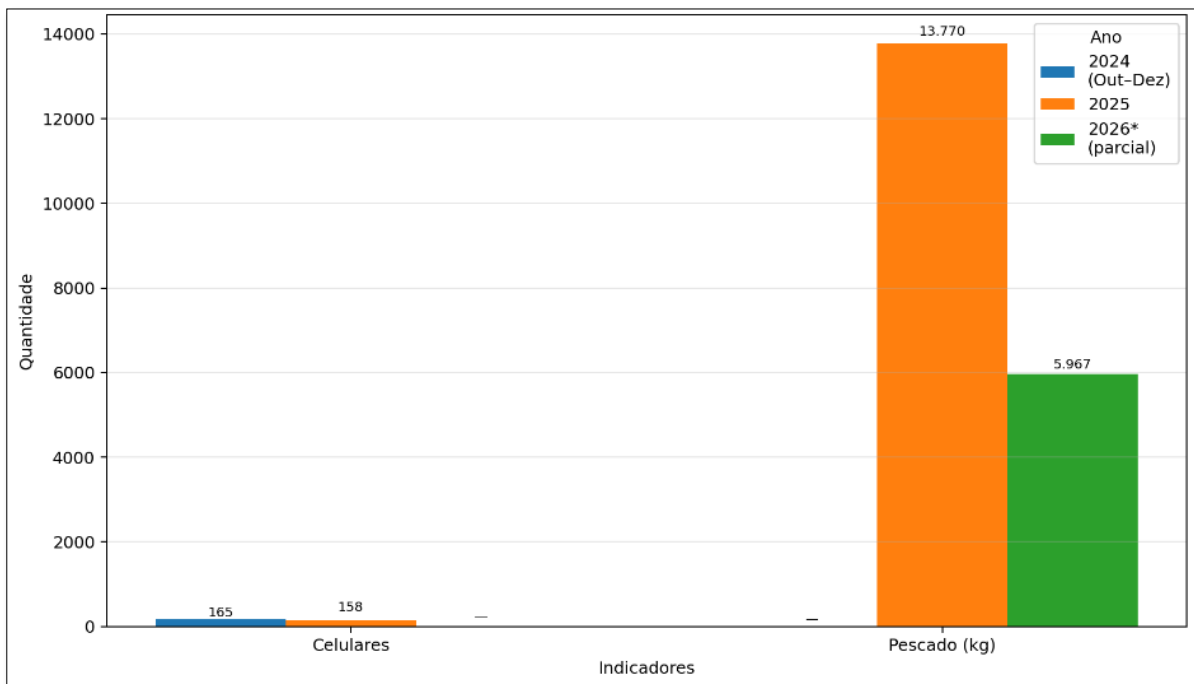
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios Operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru (SEGUP-PA, 2024-2026). *Dados parciais.

Gráfico 3 – Indicadores operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru, na dimensão repressiva, comparativo entre os anos de 2024, 2025 e 2026.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios Operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru (SEGUP-PA, 2024–2026). *Dados parciais.

Gráfico 4 – Indicadores operacionais complementares da Base Integrada Fluvial Candiru, comparativo entre os anos de 2024, 2025 e 2026.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Relatórios Operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru (SEGUP-PA, 2024–2026). *Dados parciais.

A análise dos gráficos apresentados permite observar tendências relevantes na evolução operacional da base.

Ressalta-se que os dados de 2024 correspondem ao período inicial de implantação da base, enquanto os dados de 2026 são parciais, devendo ser interpretados com cautela em comparações diretas.

3.4 Análise da evolução operacional

A análise comparativa dos indicadores operacionais evidencia a consolidação progressiva da Base Integrada Fluvial Candiru como instrumento de controle territorial nas hidrovias amazônicas. Os dados demonstram que, desde sua implantação, a unidade ampliou significativamente sua capacidade de fiscalização, monitoramento e repressão qualificada, refletindo o fortalecimento da presença estatal em um dos principais corredores logísticos da Amazônia.

No período inicial de funcionamento, compreendido entre outubro e dezembro de 2024, a base já apresentou resultados relevantes, com a abordagem de 141 embarcações, fiscalização de 16.728 pessoas e apreensão de aproximadamente 48,8 kg de entorpecentes. Embora esse período corresponda à fase de implantação operacional, os resultados indicam que a localização estratégica da unidade permitiu a rápida inserção da estrutura no sistema estadual de fiscalização fluvial.

O ano de 2025 representa a fase de consolidação operacional da Base Candiru. Nesse período foram abordadas 1.088 embarcações e 87.769 pessoas, além da apreensão de aproximadamente 1,75 tonelada de drogas ilícitas. Também foram registradas prisões em flagrante, cumprimento de mandados judiciais, apreensão de armas de fogo, recuperação de veículos e apreensão de pescado irregular, evidenciando ampliação significativa da capacidade institucional de fiscalização e repressão. Os resultados demonstram que a base passou a exercer papel estratégico na interdição de fluxos ilícitos e no fortalecimento do controle territorial das rotas fluviais amazônicas.

Os dados parciais de 2026 indicam a continuidade das atividades operacionais e a manutenção da presença institucional nas hidrovias monitoradas. Apesar de não corresponderem a um exercício anual completo, os resultados já demonstram permanência das ações de fiscalização e apreensão, sugerindo estabilidade operacional da política pública

implementada. Nesse sentido, os indicadores reforçam a compreensão de que a Base Candiru ultrapassa a função de simples estrutura de fiscalização, constituindo instrumento permanente de governança territorial e gestão estratégica da segurança pública.

Considerando todo o período analisado, observa-se que a evolução dos indicadores operacionais acompanha o processo de fortalecimento institucional da base, demonstrando sua capacidade de ampliar a presença estatal em área estratégica do Rio Amazonas. Os resultados obtidos corroboram a hipótese de que estruturas permanentes de fiscalização fluvial contribuem para o planejamento territorial da segurança pública, favorecendo o monitoramento de fluxos logísticos, a integração interinstitucional e o enfrentamento de atividades ilícitas em regiões de elevada complexidade geográfica.

3.5 Integração institucional e racionalização de recursos

Conforme Ostrom (1990), a gestão eficiente de recursos e territórios complexos depende de arranjos institucionais cooperativos, o que reforça a importância da integração entre órgãos na atuação da Base Candiru.

Outro aspecto relevante observado na análise é a integração institucional proporcionada pela base. A atuação conjunta de diferentes órgãos permite otimizar recursos públicos e ampliar a capacidade de resposta frente a diferentes modalidades de crime.

Além do tráfico de drogas, as operações resultaram na apreensão de armas de fogo, cumprimento de mandados judiciais e fiscalização de embarcações utilizadas em atividades ilícitas.

Essa atuação multidimensional demonstra que a Base Candiru desempenha função ampliada de coordenação institucional do território, atuando não apenas na repressão ao tráfico de drogas, mas também na prevenção de crimes ambientais e patrimoniais.

Nesse sentido, a Base Candiru representa não apenas uma estrutura operacional de fiscalização, mas também um instrumento de política pública voltado à ocupação institucional do território.

Conforme Putnam (2006), a cooperação institucional e a confiança entre atores públicos e sociedade constituem elementos relevantes para o fortalecimento da capacidade estatal em contextos territoriais complexos.

3.6 Impactos operacionais da Base Candiru na segurança regional

A análise dos dados operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru permite observar impactos relevantes na dinâmica de fiscalização das rotas fluviais da região do Baixo Amazonas.

A quantidade de embarcações abordadas e de pessoas fiscalizadas indica presença constante das forças de segurança na região. Esse tipo de atuação contribui para a criação de um ambiente de maior previsibilidade institucional, reduzindo oportunidades para a atuação de organizações criminosas.

Além da apreensão de entorpecentes, as operações realizadas na base resultaram em prisões em flagrante, cumprimento de mandados judiciais e apreensão de armas de fogo. Esses resultados demonstram que a atuação da base não se restringe ao combate ao tráfico de drogas, abrangendo diferentes modalidades de crime.

Outro aspecto relevante refere-se à capacidade de integração institucional proporcionada pela base. A atuação conjunta de diferentes órgãos públicos permite ampliar o alcance das operações e melhorar a eficiência da utilização dos recursos disponíveis.

Esse modelo de atuação integrada é compatível com abordagens contemporâneas de gestão pública, que enfatizam a importância da cooperação interinstitucional na formulação e execução de políticas públicas complexas.

De acordo com Bayley (2001), a presença policial contínua em áreas estratégicas tende a aumentar a capacidade de controle territorial e reduzir oportunidades para a atuação de organizações criminosas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida demonstra que a territorialidade constitui elemento central para a formulação de políticas públicas de segurança na Amazônia. O diferencial deste estudo consiste em analisar empiricamente uma base fluvial amazônica sob a ótica do planejamento territorial, abordagem ainda pouco explorada na literatura nacional.

Os resultados demonstram que estratégias territorializadas de segurança pública possuem relevância operacional significativa no contexto amazônico. A predominância das hidrovias como principais corredores de circulação regional torna os rios elementos centrais tanto para a integração socioeconômica quanto para a dinâmica de determinadas atividades ilícitas.

A experiência analisada evidencia que estruturas permanentes de fiscalização fluvial ampliam a capacidade estatal de monitoramento e controle territorial. A Base Integrada Fluvial Candiru insere-se nessa estratégia de política pública voltada ao fortalecimento da articulação territorial nas hidrovias do Estado do Pará.

A partir da análise documental de relatórios operacionais institucionais, foi possível observar que a base apresenta resultados expressivos em diferentes dimensões da segurança pública. Desde sua implantação, em setembro de 2024, os dados indicam a apreensão de aproximadamente 1,9 tonelada de entorpecentes, além da realização de milhares de abordagens a embarcações e passageiros que circulam pelas rotas fluviais monitoradas.

Os indicadores operacionais evidenciam atuação multidimensional da base no enfrentamento de diferentes modalidades ilícitas, ultrapassando o combate ao narcotráfico e alcançando outras dimensões da segurança pública.

A análise dos indicadores operacionais também evidencia crescimento significativo das atividades de fiscalização no primeiro ano completo de funcionamento da base, indicando consolidação progressiva da capacidade institucional de atuação no território fluvial.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à integração institucional entre diferentes órgãos envolvidos nas ações de segurança e fiscalização. A atuação articulada entre essas instituições amplia a capacidade de monitoramento das rotas fluviais e fortalece a resposta estatal frente às dinâmicas criminais presentes na região.

Sob a perspectiva do planejamento territorial da segurança pública, a Base Candiru pode ser compreendida como instrumento de vigilância institucional permanente em ponto estratégico da malha hidrográfica amazônica. A localização da base no município de Óbidos, em trecho de estreitamento natural do rio Amazonas, favorece o controle da circulação fluvial e contribui para a interceptação de cargas e embarcações utilizadas em atividades ilícitas.

Assim, a experiência analisada demonstra que políticas públicas de segurança orientadas por critérios territoriais podem contribuir para ampliar a capacidade de governança estatal em regiões de difícil acesso e grande extensão geográfica, como ocorre em grande parte da Amazônia.

Entretanto, algumas limitações devem ser consideradas. A pesquisa baseia-se em dados institucionais produzidos no âmbito da administração pública, cuja padronização pode variar ao longo do tempo. Além disso, os dados analisados permitem avaliar a intensidade da atuação

operacional da base, mas não possibilitam estabelecer relações causais diretas com eventuais reduções globais da criminalidade na região.

Apesar dessas limitações, os resultados obtidos indicam que a Base Integrada Fluvial Candiru constitui experiência relevante de política pública territorializada, capaz de fortalecer a presença estatal nas rotas fluviais amazônicas e contribuir para o enfrentamento de diferentes modalidades de crime.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a análise comparativa entre diferentes bases fluviais instaladas no Estado do Pará, bem como investiguem os impactos dessas estruturas na dinâmica regional da criminalidade e na percepção de segurança das populações ribeirinhas. Estudos dessa natureza podem contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias de segurança pública voltadas às especificidades territoriais da Amazônia.

Em síntese, a experiência da Base Candiru demonstra que políticas públicas territorialmente orientadas, permanentes e integradas podem ampliar a efetividade estatal em regiões amazônicas marcadas por elevada complexidade logística.

Os resultados reforçam a importância de estratégias territorializadas na formulação de políticas públicas de segurança em contextos geográficos complexos (SECCHI, 2013).

REFERÊNCIAS

- BEATO, Cláudio. *Crime e políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. São Paulo: Edusp, 2001.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama do Estado do Pará*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em: 11 maio 2026.
- OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP). *Relatórios operacionais da Base Integrada Fluvial Candiru (2024–2026)*. Belém: SEGUP, 2026.

PEREIRA, Leila; PUCCI, Rafael; SOARES, Rodrigo R. *Landing on Water: Air Interdiction, Drug-Trafficking Displacement, and Violence in the Brazilian Amazon*. Bonn: IZA Institute of Labor Economics, 2024. (IZA Discussion Paper, n. 17005). Disponível em: <https://docs.iza.org/dp17005.pdf>. Acesso em: 11 maio 2026.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.
SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.